

Plano de Saúde dos Correios – A Realidade dos Fatos

Muito se divulgou nos canais internos e externos de comunicação dos Correios em 2016 sobre o crescimento da despesa do plano de Saúde da empresa para justificar a cobrança de mensalidades junto aos empregados e aposentados.

Porém quando acessamos os relatórios da Auditoria Independente sobre o balancete dos Correios, fica evidenciada a falsidade das informações divulgadas, conforme demonstrado a seguir dos trechos extraídos destes documentos oficiais:

*“Conforme descrito na nota 15.1, nas demonstrações financeiras está reconhecida a obrigação atuarial de benefício pós-emprego no plano de saúde, sendo a variação do exercício de 2013 para 2014 não foi relevante, embora tenha havido um acréscimo de participantes no plano, conforme nota 15.1.1.3. Na nota 15.1.1.6, as principais premissas que justificam o fato de não ter havido acréscimo relevante são representadas pela redução na taxa de rotatividade, pelo aumento na taxa de descontos e **pela redução na despesa médica média da última faixa etária do vetor de custo**, que correspondem a premissas altamente sensíveis, iguais à taxa de crescimento real dos custos com saúde”. CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES 2014*

“Conforme descrito na nota 14.1, nas demonstrações financeiras está reconhecida a obrigação atuarial de benefício pós-emprego do plano de saúde, sendo que a variação do exercício de 2014 para 2015 representou uma redução da obrigação. Na nota 14.1.1.6, as principais premissas que justificam a redução são apresentadas pela taxa de juros real de desconto e pela taxa de crescimento real das despesas médicas”. CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES 2015

Ressalta-se que os percentuais de aumento, efetivamente ocorridos entre 2013 ao projetado para 2016, foram bem abaixo dos percentuais divulgados internamente nos canais de Comunicação dos Correios (28,6%), **sinalizando uma distorção de números para justificar ou criar alarmismos sobre a inviabilidade do plano de saúde (CorreiosSaúde).**

Ademais, a divulgação de indicador econômico de saúde como o VCMH/IESS é totalmente inadequada para qualquer projeção séria sobre projeções de custos de saúde no Brasil, pois é sabido no mercado que este indicador é financiado pelas Operadoras Privadas de Plano de Saúde por meio do IESS – Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, sendo este número superestimado para justificar pedidos de reajuste dos valores dos Planos de Saúde Privados junto à Agência Nacional de Saúde – ANS.

No tocante ao passivo da Postal Saúde, constatamos um aumento proporcional de 28,58% no período de 2016. A situação torna-se complicada, pois a maior parte do aumento do passivo se deu na conta de passivo circulante, ou seja, de rápida liquidez, a qual aumentou acentuadamente em 40,65%, ou seja, aumentou consideravelmente o volume de dívidas junto a rede credenciada,

evidenciado às paralisações de atendimento em todo o Brasil, mesmo tendo ocorrido aumento do volume de repasses financeiros pelos Correios.

O patrimônio líquido da Postal Saúde no exercício de 2016 encolheu em quase 5%, ocasionado pelo registro de um déficit R\$ 6,94 milhões no período. Destaca-se que este é o primeiro déficit registrado pela Postal Saúde ao longo de sua existência.

É certo que a gestão da Postal Saúde em 2016 foi incompetente em realizar as reduções de despesas divulgadas pela empresa, porém os números terem sido muito ruins no período levou a entidade a sair de uma posição superavitária 2015 para deficitária em 2016, inclusive com risco de intervenção fiscal na entidade pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Observa-se, porém que o risco de intervenção pela ANS não traz risco a manutenção do Plano de Saúde, pois a agência reguladora iria intervir visando garantir somente os pagamentos a rede credenciada, efetuando a cobrança de valores junto aos Correios por via judicial.

Sobre os números e análises apresentadas acima, podemos concluir que os Correios vem deliberadamente tentando apresentar informações distorcidas aos trabalhadores, para justificar cortes de direitos - *“o chamado bode na sala”*.

Além disso, podemos concluir ainda o papel de conivência exercido pelo Conselho Deliberativo da Postal Saúde (indicados e eleitos), que não divulgam os números da entidade e que aprovaram ou apoiaram a substituição maciça de empregados dos Correios naquela entidade no exercício de 2016, fomentando um cabide de indicações políticas em detrimento da valorização e meritocracia interna.

Quadro de Gestores	Gestores Empregados da ECT		
	2015	2016 (até nov)	%
Diretores	2	3	50,00%
Gerente Central	8	7	-12,50%
Coordenador Central	4	4	0,00%
Gerente URR (Regional)	25	2	-92,00%
Coordenador URR	15	7	-53,33%
Total	54	23	-57,41%

Fonte: Postal Saúde – Atas de DIREX

O quadro acima evidencia que na gestão de 2016 os gestores e trabalhadores dos Correios foram afastados da gestão da Postal Saúde, em detrimento ao quadro externo, cujas contratações ocorreram principalmente por indicação política, conforme denúncia apresentada a Procuradoria da República e divulgada pelo SINTECT-SJO em junho/2016.

Sobre este ponto, ainda é relevante destacar que o discurso dos Correios é totalmente desconexo com a prática adotada internamente. A empresa efetuou um corte de funções generalizado no início 2017, justificando-o pela falta de recursos para pagamento.



O procedimento adotado na Postal, ao invés de aproveitar os trabalhadores dos Correios, reduzindo a despesa para a Correios por meio de ressarcimento e garantindo o devido respeito profissional dos gestores da casa, atua em sentido contrário, dando guarida a permanência de indicados políticos de dirigentes (composta em alguns casos por namoradas, parentes, entre outras situações parecidas). A pergunta que fica é onde estão nossas associações e representantes que tanto falaram em meritocracia em gestões passadas?

Evidenciando este processo, os Correios fugindo ao modelo de governança responsável aprovou por meio de REDIR em 2016 (Ata da 22ª REDIR/2016), que os dirigentes da Postal Saúde poderão ser de fora da empresa, ou seja, deliberando em total desrespeito ao Estatuto da Postal Saúde, uma vez que qualquer alteração no mesmo precisa ser realizada em Assembleia com a participação dos empregados.

Observa-se que a gestão dos Correios e da Postal Saúde tem atuado cegamente em direções desastradas para redução de despesas sem nenhuma efetividade, terrorismo generalizado junto aos empregados para justificar cortes de direitos e sem apresentar soluções para gerar novas receitas. Mantendo-se neste caminho, os Correios caminharão aceleradamente para um processo de inviabilização da empresa, que acabará provocando sua privatização e demissão em massa de trabalhadores.

Para conhecer as propostas e estudos apresentados apresentadas pela ANATECT sobre os Correios e o plano CorreiosSaúde acesse o link: <http://www.anatect.weebly.com>.